

IMPORTÂNCIA DOS MECANISMOS DE TEXTUALIZAÇÃO E ENUNCIATIVOS PARA A COERÊNCIA TEXTUAL

Adriano Ribeiro da Costa

Instituto Federal de Pernambuco – IFPE/ DEaD e Campus Caruaru
adriano.da.kosta@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a importância dos mecanismos de textualização e enunciativos para o estabelecimento da coerência textual. A pesquisa, de caráter bibliográfico, orientou-se em estudos realizados na área de Linguística Textual, principalmente os estudos de Bakhtin (2002), Ducrot (1987), Kristeva (1974), Bronckart (1999) e Koch (2000, 2001, 2002). Observou-se que os mecanismos de textualização são realizados através dos mecanismos de conexão, coesão nominal e verbal; enquanto os enunciativos, através das vozes e das modalizações. Conclui-se que os mecanismos de textualização são responsáveis pela coerência temática do texto, enquanto os enunciativos, pela coerência pragmática; e que ambos cooperam para o estabelecimento da coerência global do texto.

Palavras-chave: Mecanismos de textualização. Mecanismos enunciativos. Coerência textual.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir la importancia de los mecanismos de textualización y enunciativos para el establecimiento de la coherencia textual. La investigación, de carácter bibliográfico, se ha centrado en los estudios en el área de la Lingüística del Texto, especialmente los estudios de Bajtin (2002), Ducrot (1987), Kristeva (1974), Bronckart (1999) y Koch (2000, 2001, 2002). Se observó que los mecanismos de textualización se realizan a través de los mecanismos de conexión, cohesión nominal y verbal, mientras que los enunciativos, a través de las vozes y modalizaciones. Se concluye que los mecanismos de textualización son responsables de la coherencia temática del texto, mientras que los enunciativos, de la coherencia pragmática; y que ambos cooperan para establecer la coherencia global del texto.

Palabras clave: Mecanismos de textualización. Mecanismos enunciativos. Coherencia textual.

INTRODUÇÃO

Um texto empírico constitui um todo coerente, uma unidade comunicativa articulada a uma situação de ação e destinada a ser compreendida e interpretada como tal por seus destinatários. E são exatamente os mecanismos de textualização juntamente com os mecanismos enunciativos que conferem essa coerência geral.

Os mecanismos de textualização contribuem para o estabelecimento da coerência temática, e estão articulados à linearidade do texto, ou seja, à progressão do conteúdo temático, tal como é apreensível no nível da infraestrutura. Os mecanismos de textualização são realizados por

diversas unidades linguísticas, que são designadas pela expressão genérica de marcas de textualização. Essas marcas de textualização são concretamente observáveis nas frases ou na junção das frases e, em geral, exercem um papel na organização dessas unidades sintáticas locais.

Já os mecanismos enunciativos contribuem para a manutenção da coerência pragmática (interativa) do texto, ou seja, para o esclarecimento dos posicionamentos enunciativos e traduzem as diversas avaliações sobre alguns aspectos do conteúdo temático, que visam a orientar a interpretação do texto de seus destinatários.

O objetivo deste artigo é, exatamente, discutir a importância dos mecanismos de textualização e enunciativos para o estabelecimento da coerência textual. Para tanto, veremos primeiro os mecanismos de textualização, especificamente, a conexão, a coesão nominal e a coesão verbal. Depois, veremos os mecanismos enunciativos, especificamente, as vozes e as modalizações.

1 MECANISMOS DE TEXTUALIZAÇÃO

Os mecanismos de textualização são responsáveis pelo estabelecimento da coerência temática, e estão articulados à linearidade do texto, como já foi dito. Dentre esses mecanismos, temos a conexão, a coesão nominal e a coesão verbal. Vejamos cada um deles.

1.1 MECANISMOS DE CONEXÃO

A função desses mecanismos é marcar as grandes articulações da progressão temática, isto é, as relações existentes entre os diferentes níveis de organização de um texto. Sua realização é feita pelos organizadores textuais, que podem ser aplicados às transições entre sequências textuais, entre frases de uma sequência ou às articulações mais locais entre frases. Também esses organizadores podem articular duas ou várias frases sintáticas em uma só frase gráfica, exercendo uma função de ligação (justaposição, coordenação) ou de encaixamento (subordinação) (BRONCKART, 1999, p. 264-268).

Os organizadores textuais podem ser agrupados em quatro categorias principais: a- advérbios ou locuções adverbiais com caráter transfrástico; b- um subconjunto de sintagmas preposicionais; c- as conjunções ou locuções coordenativas; d- as conjunções ou locuções subordinativas.

Para Koch (2001, p. 62-70; 2002, p. 133-141), o encadeamento de segmentos textuais (a conexão) é estabelecido por meio de recursos linguísticos que se denominam Articuladores Textuais (os organizadores textuais de Bronckart), que permitem estabelecer relações semânticas e/ou discursivas entre orações, enunciados ou sequências maiores do texto.

O encadeamento por conexão é obtido por meio de conjunções, advérbios sentenciais e outras palavras (ou expressões) de ligação, cujo objetivo é estabelecer diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas entre orações, enunciados ou partes do texto.

De acordo com o tipo de relação que exercem, os articuladores podem ser divididos em três grandes classes: *os de conteúdo proposicional*, *os enunciativos ou discursivo-argumentativos* e *os meta-enunciativos*. Estes comentam, de alguma forma, a própria enunciação, e serão vistos no item “Mecanismos enunciativos”.

1.1.1 Articuladores de Conteúdo Proposicional

Os articuladores de conteúdo proposicional podem marcar relações espaço-temporais e lógico-semânticas. Estas são obtidas através de conectores ou juntores de tipo lógico. As relações lógico-semânticas podem ser de:

- a) *relação de condicionalidade* – é expressa pela conexão de duas orações, a primeira (oração antecedente) é introduzida pelo conector “se” ou similar; a segunda (oração consequente), por “então”, que geralmente vem implícito;
- b) *relação de causalidade* – é expressa pela conexão de duas orações, uma é a causa que acarreta a consequência contida na outra;
- c) *relação de mediação* – expressa por meio de duas orações, numa das quais se explicitam o(s) meio(s) para chegar a um determinado fim expresso na outra;
- d) *relação de disjunção* – é expressa por meio do conectivo “ou”. Pode ser tanto de tipo lógico quanto discursivo;
- e) *relação de temporalidade* – por meio da conexão de duas orações, localizam-se no tempo, relacionando-os uns aos outros, ações, eventos, estados de coisas do “mundo real” ou a ordem em que se teve percepção ou conhecimentos deles;
- f) *relação de conformidade* – é expressa pela conexão de orações em que se mostra a conformidade do conteúdo de uma com algo asseverado na outra;
- g) *relação de modo* – expressa-se, numa das orações, o modo como se realizou a ação ou evento contido na outra.

1.1.2 Articuladores Enunciativos ou Discursivo-argumentativos

Já os articuladores enunciativos ou discursivo-argumentativos marcam as relações discursivas ou argumentativas, que são obtidas pelos encadeamentos de tipo discursivo. Tais encadeamentos são responsáveis pela estruturação de enunciados em textos, por meio de encadeamentos

sucessivos, sendo cada enunciado resultante de um ato de fala distinto. Assim, esses encadeadores podem ocorrer entre orações de um mesmo período, entre dois ou mais períodos e também entre parágrafos de um texto. As principais relações são:

a) conjunção – efetua-se através de operadores que ligam enunciados que constituem argumentos para uma mesma conclusão (também, além de, ainda etc.);

b) disjunção argumentativa – disjunção de enunciados que possuem orientações discursivas diferentes e resultam de dois atos de fala distintos, em que o segundo procura provocar o leitor/ouvinte para levá-lo a modificar sua opinião ou, simplesmente, aceitar a opinião expressa no primeiro;

c) contrajunção – por meio da qual se contrapõem enunciados de orientações argumentativas diferentes;

d) explicação ou justificativa – quando se encadeia, sobre um primeiro ato de fala, outro ato que justifica ou explica o anterior;

e) comprovação – em que, através de um novo ato de fala, acrescenta-se uma possível comprovação da asserção apresentada no primeiro;

f) conclusão – introduz-se um enunciado de valor conclusivo em relação a dois (ou mais) atos de fala anteriores que contém as premissas;

g) comparação – expressa uma relação de inferioridade, superioridade ou igualdade entre um termo comparante e um termo comparado;

h) generalização/extensão – em que o segundo enunciado exprime uma generalização do fato contido no primeiro, ou uma amplificação da ideia nele expressa;

i) especificação/exemplificação – em que o segundo enunciado particulariza e/ou exemplifica uma declaração de ordem mais geral no primeiro;

j) contraste – em que o segundo enunciado apresenta uma declaração que contrasta com a do primeiro, produzindo um efeito retórico;

k) correção/redefinição – quando, através de um segundo enunciado, se corrige, suspende ou redefine o conteúdo do primeiro, se atenua ou reforça o comprometimento com a verdade do que foi veiculado ou, ainda, se questiona a própria legitimidade de sua enunciação.

1.2 MECANISMOS DE COESÃO NOMINAL

Os mecanismos de coesão nominal marcam relações de dependência e/ou descontinuidade entre dois subconjuntos de constituintes internos às estruturas de frase. Eles têm a função de introduzir

os temas e/ou personagens novos (função de introdução), de um lado, e a de assegurar sua retomada ou sua substituição no desenvolvimento do texto (função de retomada). Essa realização é feita por unidades chamadas anáforas (BRONCKART, 1999, p. 268-271).

A coesão nominal é feita por duas categorias de anáforas: *a- anáforas pronominais*: pronomes pessoais, relativos, demonstrativos, possessivos, reflexivos e elipse; *b- anáforas nominais*: sintagmas nominais de diversos tipos.

A função de introdução é, em geral, realizada por um sintagma nominal indefinido; a função de retomada, pelas diversas anáforas pronominais, sintagmas nominais definidos, “definidos marcados” ou “possessivos”.

A coesão nominal, para Koch (2002, p. 79), é feita pelo processo de referenciação, entendendo a referenciação como uma atividade discursiva, considerada como o resultado da operação que se realiza quando se usa um termo ou se cria uma situação discursiva referencial para designar, representar ou sugerir algo. Nesse caso, as entidades são vistas não como objetos-do-mundo, mas como objetos-de-discurso.

Koch (2002, p. 83) elenca os seguintes princípios de referenciação envolvidos na construção de um modelo textual: *ativação, reativação e desativação*.

Na ativação, um referente textual ainda não mencionado é introduzido, passando a preencher um nóculo na rede conceitual do modelo de mundo textual. Na reativação, um nóculo já introduzido é de novo ativado na memória de curto termo¹, por meio de uma forma referencial, de modo que o referente textual permanece em foco. E na desativação, há uma ativação de um novo nóculo, deslocando-se a atenção para um outro referente textual e desativando-se, assim, o referente que estava em foco anteriormente. A ativação se refere à função de introdução e a reativação, à de retomada, se comparada com a proposta de Bronckart.

A referenciação seria responsável, então, pela progressão do texto, considerando que um texto não se constrói somando elementos novos com outros já postos em etapas anteriores (continuidade progressiva linear), como se o texto fosse processado numa soma progressiva de partes, mas numa oscilação entre vários movimentos: um para frente (projetivo) e outro para trás (retrospectivo), representáveis parcialmente pela catáfora e anáfora. Assim, a progressão textual se dá baseada no já dito, no que será dito e no que é sugerido; codeterminando-se progressivamente.

Koch (2001, p. 45-48; 2002, p. 85-106) enumera as seguintes estratégias de coesão nominal (referenciação):

- a) *Expressões ou grupos nominais definidos* – formas linguísticas constituídas, no mínimo, de um determinante (definido ou demonstrativo), seguido de um nome. A

¹ Memória de curto termo (MCT): memória de capacidade limitada, onde as informações são mantidas durante um curto lapso de tempo (Koch 2002:38).

escolha de determinada descrição definida pode revelar ao leitor as opiniões, crenças e atitudes do produtor do texto, auxiliando-o na construção do sentido;

b) *Nominalizações* – trata-se de formas nominalizadas (nomes deverbais), através das quais se remete ao verbo e argumentos da oração anterior;

c) *Expressões sinônimas ou quase-sinônimas* – é a substituição no texto de expressões por palavras sinônimas;

d) *Nomes genéricos* – aqueles itens que podem ser núcleos de sintagmas nominais que se referem a um conjunto grande de entidades. São exemplos: *cara, coisa, indivíduo, negócio, pessoa, trem, troço* etc.;

e) *Hiperônimos ou indicadores de classe* – são palavras gerais usadas para designar toda uma classe de seres ou para abarcar os membros de um grupo;

f) *Mesmo item lexical*, com ou sem mudança de determinante – ou seja, a mesma palavra;

g) *Anáfora indireta* – consiste no emprego de expressões definidas anafóricas, sem referente explícito no texto, mas inferível a partir de elementos nele explícitos;

h) *Elipse* – omissão de um termo ou expressão que pode ser facilmente depreendida em seu sentido pelas referências do contexto;

i) *Hipônimos* – são palavras que se relacionam pelo sentido dentro de um conjunto, ligando-se por afinidade ou por um ser parte do outro;

j) *Pronomes* – palavra que se usa em lugar do nome, ou a ele se refere. Todos os tipos de pronomes podem funcionar como recurso de referência a termos ou expressões anteriormente empregados.

1.3 MECANISMOS DE COESÃO VERBAL

Os mecanismos de coesão verbal asseguram a organização temporal e/ou hierárquica dos processos (estados, acontecimentos ou ações) verbalizados no texto e são essencialmente realizados pelos tempos verbais, isto é, sintagmas verbais. Os constituintes desses sintagmas verbais contribuem para a expressão de relações temporais, de matizes aspectuais, e de algumas modalizações. As duas primeiras contribuem para a manutenção da coerência temática de um texto; a última, para a coerência pragmática ou interativa (BRONCKART, 1999, p. 273-274). Por isso, os valores de modalizações serão vistos no tópico dedicado aos mecanismos enunciativos.

Bronckart (1999, p. 275-284) distingue dois tipos de abordagens em relação ao papel dos verbos para manutenção da coesão: *a temporalidade e a aspectualidade*.

Os valores da temporalidade são expressos pelos determinantes dos verbos (tempos verbais), eventualmente em interação com alguns subconjuntos de advérbios. O valor de um tempo verbal resulta de uma decisão de codificação da relação estabelecida entre “o momento do processo”, de um lado, e ou o “momento da produção” ou o “momento de referência psicológica”, do outro.

Aspecto ou aspectualidade é a expressão de uma propriedade interna ou não relacional do processo (sua duração, frequência, grau de realização, etc.), expressa pelos constituintes do sintagma verbal. As duas funções principais da aspectualidade são: a expressão dos tipos de processo e a expressão dos graus de realização do processo (significado correspondente ao significante que constitui o lexema verbal).

Os tipos de processo (ou tipos de verbos) são as classes gerais (estado, ação, relação etc.) de significados dos verbos. Os tipos de processos são representados, respectivamente pelas seguintes classes de verbos: 1- *verbos de estados*: remetem a processos estáveis, excluindo qualquer forma de mudança (ser, saber etc.); 2- *verbos de atividade*: remetem a processos dinâmicos, durativos e não resultativos: escrever, andar, dançar, etc.); 3- *verbos de realização*: remetem a processos dinâmicos, durativos e resultativos (fumar, correr, etc.); 4- *verbos de acabamento*: remetem a processos dinâmicos, não durativos e resultativos (cair, saltar, chegar).

Os processos dinâmicos (traduzidos por verbos de atividade, de realização ou de acabamento), por sua vez, podem distinguir três graus de realização: 1- *inconcluso*: o processo pode ser tomado no curso de seu desenvolvimento; 2- *concluso*: o processo pode ser tomado no fim de seu desenvolvimento; 3- *realização total*: o processo pode ser tomado na totalidade de seu desenvolvimento.

O grau de realização total é marcado pelo emprego dos tempos simples: presente, futuro simples, passado simples, etc.; o inconcluso é inferível a partir de algumas ocorrências de tempos simples, particularmente do imperfeito; e o concluso é marcado pelas ocorrências dos tempos compostos, quando não estiverem em uma relação de dependência sintática com as formas simples.

Conclui-se, então, do que foi dito, que a coerência temática depende do adequado uso dos mecanismos de textualização, a saber, dos mecanismos de conexão, por meios dos articuladores de conteúdo proposicional, os enunciativos ou discursivo-argumentativos, e dos mecanismos de coesão nominal e verbal.

2 MECANISMOS ENUNCIATIVOS

Os mecanismos enunciativos têm por função contribuir para o esclarecimento dos posicionamentos enunciativos e traduzem as diversas avaliações sobre alguns aspectos do conteúdo temático, que visam a orientar a interpretação do texto de seus destinatários, como já foi dito. Esses mecanismos são realizados através das vozes e das modalizações. Vejamos cada um deles.

2.1 VOZES

A primeira noção do fenômeno “Vozes” apareceu, de forma implícita, em Bakhtin com “La Poétique de Dostoievski”, ao tratar do “romance polifônico”. O sentido de voz em Bakhtin é de ordem metafórica, tratando-se da memória semântico-social depositada na palavra, e que em todo discurso são percebidas vozes, pois tudo o que é dito por um enunciador não pertence só a ele.

A presença de vozes num mesmo texto é chamada de dialogismo por Bakhtin (2002), polifonia para Ducrot (1987) e intertextualidade para Kristeva (1974). A noção de polifonia de Ducrot e de intertextualidade de Kristeva surgiram a partir da noção de dialogismo de Bakhtin.

Dialogismo, para Bakhtin (2002), é o princípio constitutivo da linguagem e a condição de sentido do discurso. Esse dialogismo ocorre na interação verbal estabelecida pelo enunciador e enunciatário, no espaço do texto, seja escrito ou oral. Ou seja, os textos escritos ou orais são constituídos a partir de outros textos, contendo não só o discurso do próprio autor, mas também o discurso de outras pessoas.

Segundo Ducrot (1987), a polifonia designa “as diversas perspectivas, pontos de vista ou posições que se representam nos enunciados”. Ducrot considera dois tipos de polifonia: a-quando, no mesmo enunciado, se tem mais de um locutor, isto é, intertextualidade explícita; b-quando, no mesmo enunciado, há mais de um enunciador, recobrando a intertextualidade implícita, sendo, porém, mais ampla.

Para Kristeva (1974), a intertextualidade significa que todo texto pressupõe a existência prévia de outros textos, de forma que os textos se relacionam entre si na forma de redes intertextuais. A intertextualidade pode ser em sentido amplo (heterogeneidade constitutiva) ou em sentido restrito (heterogeneidade mostrada).

Segundo Koch (2000, p. 47-50), a intertextualidade em sentido amplo é uma condição de existência do próprio discurso, podendo ser aproximada do que se denomina interdiscurso na Análise do Discurso. Já a intertextualidade em sentido restrito diz respeito “à relação de um texto com outros textos previamente existentes, isto é, efetivamente produzidos”.

A presença do discurso do outro, segundo Bakhtin (2002), pode ocorrer, basicamente, de duas formas: *direta* e *indireta*.

O discurso direto (DD) é entendido “pelo falante da língua como a enunciação de uma outra pessoa, completamente independente na origem, dotada de uma construção completa [...]” (BAKHTIN, 2002, p. 144). É um discurso interativo secundário encaixado em outro tipo de discurso, isto é, no discurso principal. É uma transcrição literal das palavras do autor-fonte. Em geral, é introduzido por verbos dicendi.

Já o discurso indireto (DI) “ouve de forma diferente o discurso de outrem; ele integra ativamente e concretiza na sua transmissão outros elementos e matizes que os outros esquemas deixam de lado.” (BAKHTIN, 2002, p. 159). Isso significa que esse tipo de discurso pode criar diferentes

efeitos de sentido, eliminando, por exemplo, os elementos emocionais ou afetivos presentes no discurso direto. No discurso indireto, não há a reprodução literal do discurso-fonte.

Como se pode perceber, tanto no discurso direto como no indireto é revelada a opinião do autor-produtor de um texto sobre o que está produzindo. Assim, pode-se afirmar que a transmissão do discurso de outras pessoas é tanto uma estratégia discursiva como textual.

Como se pode notar, a intertextualidade e a polifonia são fenômenos afins, porém Koch (2000, p. 57) afirma que não há coincidência total entre esses fenômenos. Para ela, o conceito de polifonia recobre o de intertextualidade. Assim, todo caso de intertextualidade é um caso de polifonia, não sendo, porém, verdadeiro o oposto: há casos de polifonia que não podem ser vistos como manifestações de intertextualidade. Porém, adota-se o termo “vozes” tanto para a polifonia quanto para a intertextualidade; pois, como se viu, não há uma sistematização apropriada para distinguir esses dois fenômenos.

Conforme Cunha (2002, p. 166), “o estudo das vozes permite compreender o diálogo entre os diferentes discursos que constituem o texto e entre os sujeitos que se confrontam nesse espaço interlocutivo”. Assim, é por meio das formas marcadas e não mostradas de dialogismo que a posição e os pontos de vista do enunciador do discurso atual, o grau de distância ou de adesão dos discursos dos enunciadores citados ou mencionados, e os lugares ocupados por eles são percebidos.

2.1 MODALIZAÇÕES

As modalizações são as avaliações formuladas sobre alguns aspectos do conteúdo temático. Elas contribuem para o estabelecimento de sua coerência pragmática ou interativa e para orientar o destinatário na interpretação de seu conteúdo temático (BRONCKART, 1999, p. 330). As modalizações são realizadas por unidades ou conjuntos de unidades linguísticas chamadas de modalidades. As modalidades seriam representadas por tempos do verbo no futuro do pretérito, auxiliares de modalizações (poder, querer, ser necessário, ser preciso, dever etc.), subconjunto de advérbios (certamente, sem dúvida, talvez etc.), certas frases impessoais (é evidente que..., é possível que...) etc.

Bronckart (1999, p. 330-336) apresenta quatro funções de modalização, inspirado na teoria dos três mundos herdada de Habermas (1987): *modalizações lógicas, deônticas, pragmáticas e modalidades apreciativas*.

As modalizações lógicas consistem em uma avaliação de alguns elementos do conteúdo temático, que são apresentados como fatos certos, possíveis, prováveis, improváveis, necessários etc. As modalizações deônticas avaliam alguns elementos do conteúdo temático, à luz dos valores sociais, apresentando-os como (socialmente, permitidos, proibidos, necessários, desejáveis etc.). As modalizações pragmáticas introduzem um julgamento sobre uma das facetas da responsabilidade de um personagem em relação ao processo de que é agente, e atribuem a esse agente intenções, razões, capacidade de ação. Já as modalidades apreciativas avaliam, de

forma subjetiva, alguns aspectos do conteúdo temático, apresentando-os como bons, maus, estranhos, infelizes, etc., do ponto de vista da instância avaliadora.

As modalizações lógicas e deônticas podem ser traduzidas por uma ou outra das unidades de marcação. A apreciativa é, marcada, preferencialmente por advérbios ou orações adverbiais; e a pragmática, pelos auxiliares de modo, em sua forma estrita ou ampliada.

Conforme Ilari (1992, p. 217), a modalização é “uma avaliação prévia do falante sobre o conteúdo da proposição que ele vai veicular, decorrendo daqui suas decisões sobre afirmar, negar, interrogar, ordenar, permitir, expressar a certeza ou dúvida sobre esse conteúdo etc.”. Para tanto, a modalização movimenta diferentes recursos linguísticos, dentre eles: 1- os modos verbais; 2- os verbos auxiliares como dever, poder, querer e os verbos como achar, crer, acreditar; 3- adjetivos, sós ou em expressões como “é possível”, “é claro”, “é desejável”; 4- advérbios como possivelmente, exatamente etc.; 5- sintagmas preposicionados em função adverbial, como “na verdade”, “em realidade” etc.

Ilari (1992, p. 222-223) distingue três tipos de modalização: *a epistêmica*, *a deôntica* e *a afetiva*. Essa classificação equivale, respectivamente, às modalizações lógica, deôntica e apreciativa, na terminologia de Bronckart, vista acima.

Os modalizadores epistêmicos expressam uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição. Ilari divide esses modalizadores em três subclasses: *os asseverativos*, *os quase-asseverativos* e *os delimitadores*.

Os asseverativos indicam que o falante considera verdadeiro o conteúdo da proposição, apresentado por ele como uma afirmação ou uma negação que não dão margem a dúvidas, constituindo-se numa necessidade epistêmica. Como exemplo, temos os seguintes asseverativos: *a- afirmativos*: realmente, evidentemente, naturalmente, obviamente etc.; *b- negativos*: de jeito nenhum, de forma alguma.

Os quase-asseverativos indicam que o falante considera o conteúdo da proposição quase certo, próximo à verdade, como uma hipótese que depende de confirmação, e por isso mesmo ele se furta “a toda responsabilidade sobre a verdade ou a falsidade da proposição”. Exemplo: talvez, assim, possivelmente, provavelmente, eventualmente.

Os modalizadores deônticos, por sua vez, indicam que o falante considera o conteúdo da proposição como um estado de coisas que deve, que precisa ocorrer obrigatoriamente, como exemplo: obrigatoriamente, necessariamente etc. Já os modalizadores afetivos verbalizam as reações emotivas do falante em face do conteúdo proposicional, deixando de lado quaisquer considerações de caráter epistêmico ou deôntico. Ilari distingue dois tipos de modalizadores afetivos: *a- subjetivos*: expressam uma predicação dupla, a do falante em face da proposição e a da própria proposição, como em: felizmente, curiosamente, espontaneamente etc.; *b- intersubjetivo*: expressam uma predicação simples, assumida pelo falante em face de seu interlocutor, a propósito da proposição, como em: sinceramente, francamente etc.

Do exposto acima, conclui-se que a coerência pragmática depende do adequado uso das vozes, que indicam a presença de vários textos, ou de vários dizeres, de outros em um determinado texto, e das modalizações, que são as avaliações feitas pelo autor em relação ao conteúdo temático com o objetivo de ajudar na interpretação do texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo discutir a importância dos mecanismos de textualização e enunciativos para o estabelecimento da coerência textual, pois é esta que confere sentido ao texto, sem a qual todo enunciado linguístico deixa de ser considerado como tal. E são exatamente esses mecanismos que conferem essa coerência global.

Os mecanismos de textualização são responsáveis pelo estabelecimento da coerência temática do texto, pela articulação linear deste, e são realizados através dos mecanismos de conexão (por meios dos articuladores de conteúdo proposicional, os enunciativos ou discursivo-argumentativos), coesão nominal (por meio dos elementos de referência, como por exemplo, os pronomes, sinônimos, hipônimos, hiperônimos etc.), e coesão verbal (por meios dos sintagmas verbais, que têm por objetivo exprimir a temporalidade e a aspectualidade dos verbos).

Já os mecanismos enunciativos são responsáveis pelo estabelecimento da coerência pragmática do texto, ou seja, contribuem para o esclarecimento dos posicionamentos enunciativos e traduzem as diversas avaliações sobre alguns aspectos do conteúdo temático do texto. São realizados através das vozes (discursos de outras pessoas dentro de um texto) e das modalizações (avaliações feitas sobre alguns aspectos do conteúdo temático).

Assim, fica claro que é o uso adequado tanto dos mecanismos de textualização quanto dos enunciativos que garantirão a coerência global do texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M./VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: EDUC, 1999.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro da. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, A.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

DUCROT, A. P. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: DUCROT, A. P. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987, p. 161-218.

ILARI, Rodolfo (org.). **Gramática do português falado: níveis de análise linguística**. v. 2. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **A coesão textual**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

KRISTEVA, J. A palavra, o diálogo e o romance. In: KRISTEVA, J. **Introdução à Semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974.